

ANÁLISE DA VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA EM MULHERES DE BAIXA RENDA EM CONTEXTOS HOSPITALARES: REVISÃO DE LITERATURA

ANALYSIS OF OBSTETRIC VIOLENCE IN LOW-INCOME WOMEN IN HOSPITAL
SETTINGS: LITERATURE REVIEW

ANÁLISIS DE LA VIOLENCIA OBSTÉTRICA EN MUJERES DE BAJOS RECURSOS
EN CONTEXTOS HOSPITALARIOS: REVISIÓN DE LA LITERATURA

DATA DE SUBMISSÃO: 01/05/2025 | DATA DE ACEITE: 13/05/2025 | DATA DE PUBLICAÇÃO: 04/06/2025

PEDRO HENRIQUE PESSOA PORTUGUÊS DE SOUZA¹
SADI ANTONIO PEZZI JUNIOR²
ELISABETE SOARES DE SANTANA³
FABIANA BEZERRA DE SOUTO⁴
MARIA EDUARDA DINIZ PRUDENTE⁵
IVANI RAMOS DO CARMO⁶
JULIANA CRUZ BARRETO⁷
TAÍS DE LIMA CASTRO⁸
CLARKSON HENRIQUE SANTOS LEMOS⁹
SÔNIA SOCORRO ANDRADE PINTO¹⁰

¹Graduando em Medicina pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás - PUC-GO | Goiânia, GO, Brasil

²Universidade Estadual do Ceará - UECE | Fortaleza, CE, Brasil

³Graduanda em Farmácia pela Faculdade Santíssima Trindade - FAST | Nazaré da Mata, PE, Brasil

⁴Graduada em Enfermagem pela Faculdade Bezerra de Araújo | Santa Cruz, RJ, Brasil

⁵Graduanda em Medicina pela Universidade Anhembi Morumbi - UAM Mooca | São Paulo, SP, Brasil

⁶Doutoranda em Ensino de Ciências pela Universidade Cruzeiro do Sul - Unicsul | São Paulo, SP, Brasil

⁷Graduanda em Medicina pela Universidade Federal do Sul da Bahia - UFSB | Teixeira de Freitas, BA, Brasil

⁸Enfermeira, Especialista em Auditoria, Acreditação e Gestão da Qualidade aos Serviços de Saúde, Universidade Estadual do Ceará - UECE Itaperi | Fortaleza, CE, Brasil

⁹Especialista em Radioterapia e Medicina Nuclear, Instituto Federal do Piauí - IFPI | Teresina, PI, Brasil

¹⁰Graduanda em Enfermagem e Obstetrícia pela Universidade Federal do Pará - UFPA | Belém, PA, Brasil.



RESUMO

Objetivo: Identificar e analisar as manifestações, causas e impactos da violência obstétrica vivenciada por mulheres de baixa renda em contextos hospitalares, buscando compreender como fatores socioeconômicos influenciam a ocorrência desse tipo de violência durante o parto e o puerpério. **Métodos:** Trata-se de uma revisão de literatura conduzida entre novembro de 2024 e abril de 2025, com base em estudos científicos selecionados nas bases PubMed, Medline e Cochrane Library, utilizando a estratégia PICO para formulação da questão de pesquisa. Foram incluídos estudos publicados nos últimos cinco anos, com abordagem qualitativa, quantitativa ou mista, e que abordassem a violência obstétrica em mulheres de baixa renda em ambientes hospitalares. **Resultados e Discussão:** Dos 33 estudos inicialmente identificados, 8 foram incluídos na análise final. Os resultados demonstram que mulheres de baixa renda enfrentam diversas formas de violência obstétrica, incluindo negligência, desinformação, práticas invasivas sem consentimento e discriminação racial, especialmente em hospitais públicos. As consequências vão desde traumas físicos e emocionais até a perda de autonomia e agravamento de desigualdades estruturais. A falta de conhecimento sobre direitos reprodutivos e a precariedade dos serviços de saúde são fatores agravantes. **Conclusão:** A violência obstétrica contra mulheres de baixa renda é reflexo de desigualdades sociais, econômicas e raciais. É urgente a adoção de políticas públicas que promovam práticas obstétricas humanizadas, a capacitação dos profissionais de saúde, a valorização da autonomia da mulher e o combate ao racismo institucional. O fortalecimento da educação em saúde e o incentivo à pesquisa qualitativa são fundamentais para a compreensão e erradicação desse fenômeno. **Palavras-Chave:** Violência obstétrica; Mulheres de baixa renda; Direitos reprodutivos; Saúde pública; Desigualdade social.

ABSTRACT

Objective: To identify and analyze the manifestations, causes, and impacts of obstetric violence experienced by low-income women in hospital settings, aiming to understand how socioeconomic factors influence the occurrence of this type of violence during childbirth and the postpartum period. **Methods:** This is a literature review conducted from November 2024 to April 2025, based on scientific studies retrieved from PubMed, Medline, and Cochrane Library databases, using the PICO strategy to formulate the research question. Studies published within the last five years with qualitative, quantitative, or mixed approaches addressing obstetric violence in low-income women in hospital environments were included. **Results and Discussion:** Of the 33 initially identified studies, 8 met the inclusion criteria and were analyzed in detail. The findings indicate that low-income women are subject to multiple forms of obstetric violence, including neglect, lack of informed consent, misinformation, and racial discrimination, particularly in public hospitals. The consequences extend beyond childbirth, affecting women's physical and mental health, autonomy, and reinforcing structural inequalities. The lack of awareness about reproductive rights and the deficiencies in public healthcare systems exacerbate their vulnerability. **Conclusion:** Obstetric violence against low-income women reflects deep-rooted social, economic, and racial inequalities. There is an urgent need for public policies promoting humanized obstetric practices, professional training on women's reproductive rights, and actions to combat institutional racism. Strengthening health education and fostering qualitative research are essential to understand and eliminate this phenomenon. **Keywords:** Obstetric violence; Low-income women; Reproductive rights; Public health; Social inequality.

RESUMEN

Objetivo: Identificar y analizar las manifestaciones, causas e impactos de la violencia obstétrica vivida por mujeres de bajos ingresos en contextos hospitalarios, con el fin de comprender cómo los factores socioeconómicos influyen en la ocurrencia de este tipo de violencia durante el parto y el puerperio. **Métodos:** Se trata de una revisión de literatura realizada entre noviembre de 2024 y abril de 2025, basada en estudios científicos seleccionados en las bases de datos PubMed, Medline y Cochrane Library, utilizando la estrategia PICO para la formulación de la pregunta de investigación. Se incluyeron estudios publicados en los últimos cinco años, con enfoques cualitativos, cuantitativos o mixtos, que abordaran la violencia obstétrica en mujeres de bajos ingresos atendidas en entornos hospitalarios. **Resultados y Discusión:** De los 33 estudios inicialmente identificados, 8 cumplieron con los criterios de inclusión y fueron analizados en profundidad. Los resultados revelan que las mujeres de bajos ingresos están expuestas a múltiples formas de violencia obstétrica, como negligencia, desinformación, procedimientos invasivos sin consentimiento y discriminación racial, especialmente en hospitales públicos. Las consecuencias trascienden el momento del parto, afectando la salud física y mental de las mujeres, su autonomía y reforzando desigualdades estructurales. La falta de conocimiento sobre los derechos reproductivos y las deficiencias del sistema de salud pública aumentan su vulnerabilidad. **Conclusión:** La violencia obstétrica contra mujeres de bajos ingresos es un reflejo de desigualdades sociales, económicas y raciales estructurales. Se requiere con urgencia la implementación de políticas públicas que promuevan prácticas obstétricas humanizadas, la capacitación de profesionales de la salud sobre los derechos reproductivos de las mujeres y el combate al racismo institucional. Fortalecer la educación en salud e incentivar investigaciones cualitativas son esenciales para comprender y erradicar este fenómeno. **Palabras Clave:** Violencia obstétrica; Mujeres de bajos ingresos; Derechos reproductivos; Salud pública; Desigualdad social.

1. INTRODUÇÃO

A violência obstétrica é uma forma de violência institucional que tem ganhado crescente atenção nos debates sobre saúde pública, direitos humanos e justiça social. Trata-se de um fenômeno que abrange desde negligência no atendimento até práticas abusivas e desrespeitosas contra mulheres durante a gestação, parto e pós-parto, afetando não apenas a integridade física, mas também a dignidade e o bem-estar psicológico das vítimas. No contexto hospitalar, muitas mulheres, especialmente as de baixa renda, encontram-se vulneráveis a essas formas de violência (Li *et al.*, 2025).

Esse tipo de violência se manifesta de diversas maneiras, incluindo a realização de procedimentos sem consentimento, exposição desnecessária do corpo da mulher, repreensões verbais, recusa de alívio para a dor e até impedimento da presença de acompanhante durante o parto. Tais práticas, muitas vezes naturalizadas no cotidiano hospitalar, refletem não só a precarização dos serviços de saúde, mas também padrões de desigualdade de gênero e classe que se perpetuam nas relações médico-paciente (Faheem, 2022).

As mulheres de baixa renda estão entre os grupos mais afetados pela violência obstétrica, em razão de sua limitada capacidade de acessar serviços de qualidade, contestar tratamentos desumanos ou mesmo reconhecer que seus direitos foram violados. A interseção entre pobreza, gênero e, em muitos casos, raça, reforça uma estrutura de opressão que as coloca em situação de maior vulnerabilidade frente às instituições de saúde pública, muitas vezes sobrecarregadas e desprovidas de recursos (Asci e Bal, 2023).

O contexto hospitalar brasileiro, embora amparado por diretrizes que promovem o parto humanizado e o respeito à autonomia da mulher, ainda convive com práticas que contrariam esses princípios. A insuficiência de formação ética e humanista dos profissionais, aliada à lógica tecnocrática e hierarquizada do sistema de saúde, contribui para a perpetuação da violência obstétrica como uma realidade silenciosa e persistente em muitas maternidades do país (Chattopadhyay, 2022).

Além disso, a ausência de mecanismos eficazes de denúncia e responsabilização dificulta a quebra do ciclo de impunidade que envolve essas práticas. Muitas mulheres não denunciam por medo de represálias, por desconhecimento de seus direitos ou por acreditarem que o sofrimento que viveram faz parte do processo natural do parto. Essa naturalização da violência reforça a necessidade urgente de políticas públicas voltadas à conscientização, prevenção e combate a esse tipo de abuso (Farouk *et al.*, 2021).

A análise da violência obstétrica sob a perspectiva das mulheres de baixa renda requer, portanto, um olhar interseccional e crítico, capaz de compreender os múltiplos fatores que contribuem para a sua ocorrência. Mais do que um problema individual ou isolado, trata-se de um fenômeno estrutural que revela falhas profundas nas práticas institucionais de cuidado à saúde da mulher (Ismail, Ismail e Hirst, 2023).

Estudos e pesquisas sobre o tema vêm apontando não apenas os impactos físicos e emocionais dessa violência, mas também suas consequências sociais, como a desconfiança nos serviços públicos de saúde, o afastamento de futuras experiências de maternidade e o agravamento das desigualdades sociais. Compreender essas implicações é essencial para a formulação de estratégias de enfrentamento mais eficazes e para a construção de um sistema de saúde verdadeiramente inclusivo e humanizado (Lappeman e Swartz, 2021).

Diante desse panorama, a presente análise propõe-se a investigar as manifestações da violência obstétrica em mulheres de baixa renda em contextos hospitalares, buscando identificar suas causas, formas de ocorrência, impactos e possíveis caminhos para sua erradicação. A pesquisa parte do pressuposto de que a equidade no atendimento obstétrico é um direito fundamental e que qualquer forma de violência durante esse processo constitui uma grave violação dos direitos humanos e da dignidade feminina (Giacomozzi, Farje de la Torre e Khail, 2021; Ismail, Ismail e Hirst, 2023).

Dessa forma, o objetivo desta revisão de literatura é identificar e analisar as manifestações, causas e impactos da violência obstétrica vivenciada por mulheres de baixa renda em contextos hospitalares, buscando compreender como fatores socioeconômicos influenciam na ocorrência desse tipo de violência durante o parto e o puerpério.

2. MÉTODOS

Estudo do tipo revisão de literatura, realizado no período de novembro de 2024 a abril de 2025, com o objetivo de identificar e analisar a evidência científica disponível sobre a violência obstétrica vivenciada por mulheres de baixa renda em contextos hospitalares. A revisão foi conduzida conforme os princípios metodológicos propostos por Galvão, Pansani e Harrad (2015), que orientam a construção rigorosa de revisões integrativas para reunir e sintetizar o conhecimento científico disponível sobre um tema específico, com base em estudos relevantes da literatura.

O estudo seguiu as etapas propostas por Galvão, Pansani e Harrad (2015) e o Instituto Joanna Briggs (Jbi, 2022): 1) formulação da questão de pesquisa, com definição clara dos

objetivos; 2) identificação dos estudos relevantes, por meio de busca em bases como PubMed, Medline e Cochrane Library; 3) seleção rigorosa dos estudos, com critérios de elegibilidade para garantir a qualidade; 4) extração dos dados relevantes, como metodologias, amostras, resultados e intervenções; 5) síntese dos resultados, com análise e comparação das evidências, para identificar padrões e lacunas na literatura científica.

A estratégia PICO (Santos, Pimenta e Nobre, 2007) foi utilizada para definir o objeto de estudo. **P (População)**: Mulheres de baixa renda em contexto de parto ou assistência obstétrica; **I (Intervenção)**: Experiência de violência obstétrica em instituições hospitalares; **C (Comparação)**: Não se aplica diretamente; **O (Desfecho)**: Identificação da ocorrência, formas, causas e consequências da violência obstétrica. A questão de pesquisa formulada foi: "Como a violência obstétrica afeta mulheres de baixa renda durante o atendimento hospitalar no parto e puerpério?".

A pesquisa foi realizada nas principais bases de dados científicas: PubMed, Medline e Cochrane Library. Para a elaboração dos termos de busca, foi consultado o DeCS/MeSH por meio da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), com base nos objetivos e na pergunta norteadora do estudo. Após ajustes e testes, foram empregados os seguintes descritores, com seus respectivos operadores booleanos (*AND* e *OR*), em inglês: (*Obstetric Violence*) *AND* (*Low-Income*) *AND* (*Hospital*). Posteriormente, pesquisas foram realizadas no Google Acadêmico para verificar se haviam estudos relevantes, seguindo os mesmos critérios estabelecidos.

Na Terceira Etapa, utilizando e adaptando o modelo de Fluxograma de Galvão, Pansani e Harrad (2015), foi realizada a busca e seleção dos estudos em quatro sub-etapas: 1- Identificação: Os estudos relevantes foram localizados por meio de bases de dados acadêmicas. 2- Seleção: O título e o resumo de cada estudo foram lidos para verificar se atendiam aos critérios de inclusão. 3- Elegibilidade: Os critérios de inclusão e exclusão foram aplicados e avaliados pelo autor e pelos revisores. 4- Inclusão: Finalmente, os revisores, em conjunto com o autor, determinaram quais estudos seriam incluídos na pesquisa.

Na quarta etapa, foram incluídos na revisão estudos publicados em 5 anos, nos em todos os idiomas, que abordem a temática da violência obstétrica em mulheres de baixa renda atendidas em ambientes hospitalares. Foram considerados artigos de pesquisa com abordagem qualitativa, quantitativa ou mista, desde que publicados em revistas científicas indexadas e que apresentassem resultados relacionados à vivência ou percepção da violência obstétrica nesse grupo populacional.

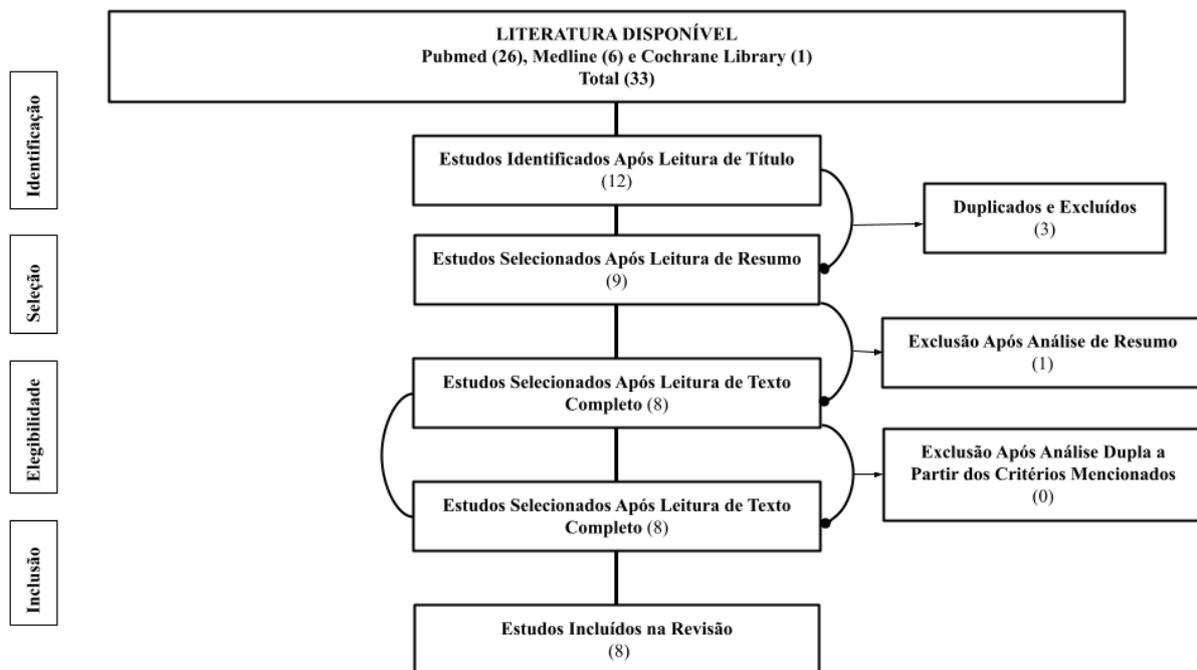
Foram excluídos estudos que tratam de violência obstétrica em contextos exclusivamente domiciliares ou não hospitalares, bem como pesquisas sem recorte

socioeconômico definido. Trabalhos que abordem o tema apenas sob a ótica jurídica, artigos de opinião, revisões sem rigor metodológico, resumos de eventos, teses, dissertações ou estudos que não estivessem disponíveis na íntegra também foram desconsiderados.

3. RESULTADOS

A busca na literatura científica resultou na identificação de 33 estudos, sendo 26 provenientes da base PubMed, 6 da Medline e 1 da Cochrane Library. Após a leitura dos títulos, 12 estudos foram selecionados para análise mais aprofundada. Desses, 3 foram considerados duplicados ou não atenderam aos critérios iniciais e, portanto, foram excluídos. Na etapa de seleção, 9 estudos permaneceram após a leitura dos resumos, dos quais 1 foi excluído por não se adequar aos critérios estabelecidos. Assim, 8 estudos seguiram para a leitura completa dos textos, e nenhum foi excluído após a análise detalhada por pares segundo os critérios previamente definidos. Dessa forma, 8 estudos foram considerados elegíveis e, conseqüentemente, incluídos na revisão final. O processo pode ser acompanhado na Figura 1, Fluxograma PRISMA, contendo o Processo de Seleção de Estudos da Revisão.

Figura 1. Fluxograma do Processo de Seleção de Estudos da Revisão



Fonte: Autores, 2025.

Cada autor aborda aspectos distintos da violência obstétrica contra mulheres de baixa renda. Garcia (2023) evidencia que essa população é especialmente vulnerável devido à negligência nos hospitais públicos e às barreiras econômicas e educacionais. Mufandaedza e Chiweshe (2021) destacam os impactos psicológicos, como traumas emocionais e transtornos mentais no pós-parto. Church (2024) aponta a falta de conhecimento sobre direitos reprodutivos como fator que facilita a perpetuação da violência.

O'Brien e Rich (2022) ressaltam as consequências físicas da má assistência, como infecções e hemorragias. Campos (2024) relaciona a violência obstétrica ao racismo estrutural, que agrava o descaso com mulheres negras. Fraser *et al.* (2025) enfatizam a violação da autonomia feminina, com imposição de procedimentos desnecessários. Yalley *et al.* (2024) discutem a lentidão das mudanças nas unidades públicas e a desumanização do atendimento. Por fim, Perera *et al.* (2022) defendem reformas estruturais nas políticas de saúde para garantir práticas mais humanizadas e respeitosas.

Os resultados evidenciam que essa população enfrenta barreiras econômicas, sociais e culturais que dificultam o acesso a um atendimento de qualidade, agravado por negligência, desrespeito e desinformação nos serviços públicos de saúde. Os impactos vão além do momento do parto, afetando profundamente a saúde física e mental das mulheres, com consequências como traumas psicológicos, depressão pós-parto, complicações médicas e enfraquecimento do vínculo com o recém-nascido.

A desinformação sobre os direitos reprodutivos, a ausência de apoio no pós-parto e o racismo estrutural, acentuam a vulnerabilidade dessas mulheres. Apesar da crescente mobilização contra essas práticas, é visto que a resistência institucional, resistência de alguns profissionais e a escassez de recursos dificultam mudanças concretas, exigindo políticas públicas que promovam um atendimento mais humanizado e igualitário.

4. DISCUSSÃO

Mulheres de baixa renda são particularmente vulneráveis a essa forma de violência obstétrica, em virtude das barreiras econômicas, sociais e culturais que dificultam o acesso a cuidados adequados. Nos hospitais públicos, onde grande parte dessa população é atendida, frequentemente ocorre a negligência, com desrespeito aos direitos e necessidades das pacientes, agravado pela falta de recursos e pela baixa escolaridade, que dificulta o reconhecimento e a denúncia de abusos (Garcia, 2023).

A violência obstétrica resulta, entre outros efeitos, no agravamento do sofrimento físico e psicológico das mulheres. O atendimento apressado, a falta de explicações claras e a realização de procedimentos sem consentimento informado aumentam o trauma emocional, que pode perdurar por meses, afetando a saúde mental e a relação com o recém-nascido. A escassez de apoio emocional e psicológico no pós-parto, somada à ausência de redes de suporte social, agrava a situação, levando a quadros de depressão pós-parto, ansiedade e transtornos de estresse pós-traumático (Mufandaedza e Chiweshe, 2021).

Outro fator crítico é a falta de conhecimento sobre direitos reprodutivos, pois muitas desconhecem seus direitos, como a escolha do tipo de parto e a recusa de procedimentos invasivos, o que facilita a perpetuação da violência obstétrica. A carência de material educativo e a limitação do acesso à informação aprofundam essa vulnerabilidade, refletindo as desigualdades no acesso à educação em saúde (Church, 2024).

Além dos impactos psicológicos e emocionais, a violência obstétrica também compromete a saúde física das mulheres, contribuindo para complicações como infecções e hemorragias, frequentemente resultantes de um atendimento inadequado. Esse cenário é particularmente grave em contextos de escassez de recursos nas unidades de saúde públicas, que, sobrecarregadas, não conseguem garantir a qualidade do acompanhamento pós-parto necessário para evitar complicações (O'Brien e Rich, 2022).

A violência obstétrica também se entrelaça com o racismo estrutural, pois mulheres negras, especialmente as de baixa renda, enfrentam uma sobrecarga adicional de discriminação. O racismo institucional resulta em um tratamento mais negligente, minimizando seu sofrimento e dificultando o acesso a cuidados adequados, o que compromete tanto a saúde da mulher quanto a do recém-nascido (Campos, 2024).

A violação da autonomia das mulheres durante o atendimento obstétrico é uma característica marcante da violência obstétrica, com práticas autoritárias que desconsideram o direito da paciente de participar das decisões sobre seu corpo e o seu parto. A pressão para procedimentos desnecessários, como cesarianas, reflete a desvalorização da autonomia da mulher e agrava o trauma físico e psicológico (Fraser *et al.*, 2025).

O movimento de resistência a essa prática tem crescido, mas as mudanças são lentas, principalmente nas unidades de saúde pública. A escassez de recursos materiais e humanos nas maternidades públicas intensifica as condições de violência obstétrica, criando um ambiente onde a sobrecarga de trabalho impede a oferta de um atendimento digno. Mulheres de baixa renda, dependentes do SUS, frequentemente enfrentam atendimentos apressados e

impessoais, sem o estabelecimento de um vínculo de confiança com os profissionais de saúde, o que agrava ainda mais a violência obstétrica (Yalley *et al.*, 2024).

Portanto, a violência obstétrica contra mulheres de baixa renda é um reflexo das desigualdades estruturais da sociedade, que impactam negativamente o acesso à saúde, à educação e à qualidade de vida. Para combater esse fenômeno e garantir um atendimento digno, é necessário implementar mudanças nas políticas de saúde pública, com práticas mais humanizadas e respeitadas, além de uma conscientização mais ampla dos profissionais de saúde sobre os direitos das mulheres (Perera *et al.*, 2022).

5. CONCLUSÃO

Esta revisão de literatura evidencia que a violência obstétrica, longe de ser um fenômeno isolado, está diretamente ligada a desigualdades estruturais que afetam as mulheres em diversas esferas, principalmente em relação ao acesso à saúde de qualidade. Mulheres de baixa renda, muitas vezes em contextos de vulnerabilidade social e econômica, são as mais atingidas por esse tipo de violência, enfrentando uma série de obstáculos, como a falta de conhecimento sobre seus direitos reprodutivos, o escasso suporte emocional e psicológico, e a negligência no atendimento nas unidades de saúde públicas.

As práticas inadequadas e invasivas, como a realização de cesarianas sem o consentimento adequado ou a falta de explicação sobre os procedimentos, intensificam o trauma, resultando em consequências sérias tanto para a saúde física quanto para o bem-estar psicológico das mulheres. Adicionalmente, a discriminação racial e a falta de condições adequadas de atendimento nas maternidades públicas agravam ainda mais o cenário de violência, criando um ambiente onde as mulheres, especialmente as negras e de classes mais baixas, são duplamente vítimas de negligência.

Muitas das pesquisas disponíveis focam principalmente em dados quantitativos, sem considerar profundamente a complexidade das experiências individuais das mulheres, e a falta de pesquisas qualitativas sobre o impacto psicológico a longo prazo da violência obstétrica impede uma compreensão mais abrangente do fenômeno. Além disso, a maioria dos estudos se concentra em contextos específicos e não aborda adequadamente as questões de racismo institucional ou as condições socioeconômicas que interagem de maneira complexa para perpetuar a violência obstétrica.

Dessa forma, torna-se importante que os sistemas de saúde, especialmente as unidades públicas de atendimento obstétrico, sejam reformulados para garantir um ambiente mais

acolhedor e humanizado. A formação de profissionais de saúde sobre os direitos reprodutivos das mulheres e a implementação de práticas obstétricas baseadas no respeito à autonomia da mulher são essenciais para mitigar a violência obstétrica. Além disso, é necessário fortalecer a educação em saúde, principalmente nas comunidades de baixa renda, para garantir que as mulheres conheçam seus direitos e possam questionar e se opor a procedimentos invasivos ou desnecessários.

A promoção de políticas públicas que melhorem as condições de trabalho nas unidades de saúde, com a contratação de mais profissionais e a melhoria das condições materiais e estruturais, também é fundamental para reduzir a sobrecarga dos profissionais e, conseqüentemente, a violência obstétrica. Por fim, é importante que os movimentos sociais continuem a pressionar por mudanças estruturais, principalmente no combate ao racismo e à discriminação dentro das instituições de saúde, de modo a garantir que todas as mulheres, independentemente de sua classe social ou etnia, tenham direito a um parto seguro, respeitoso e digno.

DECLARAÇÃO DE INTERESSES

Os autores desta revisão de literatura são especialistas em áreas multidisciplinares relacionadas às Ciências da Saúde. Durante a execução deste trabalho, não houve financiamento proveniente de fontes externas para a pesquisa ou elaboração do manuscrito. Assim, os autores afirmam que não possuem conflitos financeiros ou pessoais com entidades que possam influenciar o conteúdo desta revisão. Adicionalmente, os autores não têm interesses pessoais que possam comprometer a objetividade ou imparcialidade deste estudo.

REFERÊNCIAS

AŞCI, Ö.; BAL, M. D. The prevalence of obstetric violence experienced by women during childbirth care and its associated factors in Türkiye: a cross-sectional study. **Midwifery**, v. 124, p. 103766, 2023.

CAMPOS, P. Obstetric Violence the Need to Promote Respectful Maternity Care in Low Income Settings. **EC Gynaecology**, v. 13, p. 01-02, 2024.

CHATTOPADHYAY, S. Individuals, institutions, and the global political economy: unpacking intentionality in obstetric violence. In: **Birth controlled. Manchester University Press**, 2022. p. 210-240.

CHURCH, A. C. “Don't push!” experiences of obstetric violence in US hospital settings. **Social Science & Medicine**, v. 363, p. 117497, 2024.

FAHEEM, A. The nature of obstetric violence and the organisational context of its manifestation in India: a systematic review. **Sexual and reproductive health matters**, v. 29, n. 2, p. 2004634, 2022.

FAROUK, S. L. *et al.* Obstetrics violence among parturient women in Kano State, north-west Nigeria. **Sexual & Reproductive Healthcare**, v. 29, p. 100620, 2021.

FRASER, L. K. *et al.* Prevalence of obstetric violence in high-income countries: A systematic review of mixed studies and meta-analysis of quantitative studies. **Acta obstetrica et gynecologica Scandinavica**, v. 104, n. 1, p. 13-28, 2025.

GALVÃO, T. F.; PANSANI, T. S. A.; HARRAD, D. Principais itens para relatar Revisões sistemáticas e Meta-análises: A recomendação PRISMA. **Epidemiologia e serviços de saúde**, v. 24, p. 335-342, 2015.

GARCIA, L. M. Obstetric violence in the United States and other high-income countries: an integrative review. **Sexual and reproductive health matters**, v. 31, n. 1, p. 2322194, 2023.

GIACOMOZZI, M.; FARJE DE LA TORRE, F.; KHALIL, M. Standing up for your birth rights: An intersectional comparison of obstetric violence and birth positions between Quichua and Egyptian women. **International Journal of Gynecology & Obstetrics**, v. 155, n. 2, p. 247-259, 2021.

ISMAIL, A. M.; ISMAIL, A.; HIRST, J. E. Prevalence and risk factors of obstetric violence in the Gaza strip: A retrospective study from a conflict setting. **International Journal of Gynecology & Obstetrics**, v. 163, n. 2, p. 383-391, 2023.

JBİ - JOANNA BRIGGS INSTITUTE. **Evidence Implementation Training Program**. 2022.

LAPPEMAN, M.; SWARTZ, L. How gentle must violence against women be in order to not be violent? Rethinking the word “violence” in obstetric settings. **Violence against women**, v. 27, n. 8, p. 987-1000, 2021.

LI, W. *et al.* The moral dilemma of obstetric violence: A meta-synthesis. **Nursing Ethics**, p. 09697330251333403, 2025.

MUFANDAEDZA, A.; CHIWESHE, M. K. An analysis of obstetric violence among low-income urban women: A case study of Mabvuku Hospital in Harare, Zimbabwe. **Agenda**, v. 35, n. 3, p. 24-35, 2021.

O'BRIEN, E.; RICH, M. Obstetric violence in historical perspective. **The Lancet**, v. 399, n. 10342, p. 2183-2185, 2022.

PERERA, D. *et al.* Obstetric violence is prevalent in routine maternity care: a cross-sectional study of obstetric violence and its associated factors among pregnant women in Sri Lanka's

Colombo District. **International journal of environmental research and public health**, v. 19, n. 16, p. 9997, 2022.

SANTOS, C. M. C.; PIMENTA, C. A. M.; NOBRE, M. R. C. A estratégia PICO para a construção da pergunta de pesquisa e busca de evidências. **Revista latino-americana de enfermagem**, v. 15, p. 508-511, 2007.

YALLEY, A. A. *et al.* Addressing obstetric violence: a scoping review of interventions in healthcare and their impact on maternal care quality. **Frontiers in public health**, v. 12, p. 1388858, 2024.